



A importância do apoio na publicação de revistas científicas em Portugal

Paula Seguro de Carvalho

^aFundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal, paula.carvalho@fct.pt

Resumo

Introdução: O presente estudo pretende analisar a publicação de revistas científica em Portugal financiadas pelo Programa *Fundo de Apoio à Comunidade Científica* da Fundação para a Ciência e a Tecnologia criado em 1967. O objetivo do estudo é identificar e caracterizar as revistas científicas financiadas por este programa e perceber a importância do financiamento público na promoção e difusão do acesso ao conhecimento científico. **Método:** A informação do programa será recolhida no Arquivo de Ciência e Tecnologia e será organizada e analisada de acordo com as seguintes variáveis: i) totais de publicações de natureza científica financiadas ii) totais de revistas científicas por áreas de investigação e ano; iii) distribuição por região da instituição proponente; e iv) verbas usadas no apoio às revistas. Por outro lado, esta informação terá de ser complementada com os seguintes dados: i) revistas ativas; ii) revistas inativas; iii) situação desconhecida. A recolha desta informação será feita nos sites das respetivas revistas. **Resultados e discussão:** A informação disponível no Arquivo de Ciência e Tecnologia é muito extensa, pois preserva os processos de financiamento do *Fundo de Apoio à Comunidade Científica* que durante muitos anos financiou muitas revistas científicas. A análise dos dados demonstra a preponderância da área das ciências sociais e humanas e da Região de Lisboa e Vale do Tejo. **Conclusões:** Este estudo permitirá traçar uma imagem gráfica da publicação científica portuguesa da década de 70 até aos nossos dias.

Palavras-chave: Revistas científicas, publicação científica, financiamento público

Introdução

A história da publicação de revistas científicas remonta ao século XVII resultante da atividade das academias e sociedades científicas. Até esta data o financiamento da ciência estava na esfera privada, pois dependia do mecenato. Contudo com o decorrer do século XVII, fruto do reconhecimento da importância do progresso científico começa a haver um maior investimento dos governos e estados no financiamento da investigação (Rodrigues, 2020).

Até meados do século XX, a publicação de revistas científicas era uma atividade não lucrativa cujo objetivo era disseminar e partilhar os resultados da investigação académica e científica. A sua publicação era da responsabilidade de sociedades científicas ou de editoras universitárias e os custos de publicação e disseminação estavam a seu cargo (Fyfe et al., 2017).

Contudo após a segunda guerra mundial, com o desenvolvimento das Universidades, com o aumento dos financiamentos estatais e o crescimento da atividade científica, a publicação académica transformou-se numa indústria altamente lucrativa (Rodrigues, 2020).

O Programa *Fundo de Apoio à Comunidade Científica* (FACC) foi constituído em 1967 aquando da criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), a antecessora da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Ancorado nas atribuições definidas na alínea f) do artº 2 do Decreto-Lei nº 47791, de 11 de julho de 1967, que definia como atribuição da JNICT «fomentar, em cooperação com as entidades competentes, públicas e privadas, a actualização e aperfeiçoamento do pessoal, necessário à investigação científica e tecnológica nos diversos níveis» (Decreto-Lei nº 47791/67, p. 1340). As alíneas b e d do nº 3 do mesmo artigo vêm reforçar a importância deste programa ao definir que competia à JNICT tomar as providências necessárias junto do Governo que possibilitassem a «formação, promoção e recrutamento do pessoal científico e técnico necessário à investigação» (Decreto-Lei nº 47791/67, p. 1340), bem como contribuir para a melhoria do nível científico e técnico do país, através da promoção de missões de estudos individuais ou coletivas, tanto nacionais como internacionais (Decreto-Lei nº 47791/67, p. 1340).

Este programa era «um instrumento de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura científica e tecnológica do país». Tinha como objetivo apoiar iniciativas de carácter geral da comunidade científica portuguesa que abrangessem a promoção de atividades de I&D ou de transmissão de conhecimentos em qualquer domínio científico e que não se enquadrassem no financiamento contratual, ou seja sujeita aos contratos de investigação e desenvolvimento (JNICT, 1967).

O FACC prestava seis tipos de serviços estando a publicação de revistas científicas integradas, de forma genérica, no quinto serviço que apoiava a publicação de trabalhos de reconhecido mérito científico e técnico (JNICT, 1967).

Para que os subsídios pudessem ser atribuídos era necessário que se reunissem algumas condições, nomeadamente: só eram elegíveis solicitações subscritas pelos órgãos diretivos de institutos e unidades de investigação, ou associações de natureza científica. A atribuição de um subsídio do tipo 5 obrigava à entrega à JNICT de cinco exemplares de cada trabalho abrangido pela subvenção (JNICT, 1967).

Ao longo dos anos os apoios do FACC foram sofrendo algumas alterações assim, logo em 1981, foi feita uma nova redação e passaram a ser financiados 5 serviços. Nesta nova redação o apoio às publicações científicas passa a ser o 4 e refere, de forma muito clara, que o apoio é para «a edição de **publicações periódicas** de reconhecido mérito científico.» (JNICT, 1981).

Esta nova versão contempla condições específicas de atribuição da subvenção para cada tipo de serviço. No tipo 4 especificam que o apoio é para publicações periódicas em fase de lançamento ou relançamento, pois a JNICT não assumia os encargos de edição das revistas de forma permanente. Nesta nova redação continuava a ser obrigatório o envio de 5 exemplares, mas também passou a ser obrigatório identificar o apoio da JNICT à publicação (JNICT, 1981).

Em 2001 houve nova alteração e os apoios passaram a ser: Tipo 1: Apoio à organização de reuniões científicas em Portugal; **Tipo 2: Apoio à edição de publicações periódicas de natureza científica;** Tipo 3: Financiamento de sociedades científicas ou outras instituições científicas da mesma natureza; Tipo 4: Apoio à edição de publicações não periódicas de natureza científica; Tipo 5: Apoio à participação de doutorandos ou estudantes de pós-graduação em reuniões científicas no estrangeiro; Tipo 6: Apoio à estadia de curta duração em Portugal de cientistas residentes no estrangeiro (FCT, 2001).

De referir, que estas denominações sofreram várias alterações ao longo dos anos, por isso, encontramos designações diferentes para os vários tipos de apoio, de acordo com os anos a que se reportavam os pedidos de subvenção.

O regulamento do FACC de 2001 estabelecia, no artigo 19º do Capítulo III, como condições específicas

para atribuição de apoio à edição de publicações periódicas de natureza científica, o seguinte: só eram apoiadas as publicações periódicas que veiculassem trabalhos de natureza científica inéditos; que mantivessem um sistema de arbitragem científica independente (*peer review*); que fossem publicadas com periodicidade regular; que estivessem referenciadas em bases de dados internacionais.

Segundo este regulamento a divulgação das publicações periódicas deveria ser também feita através da Internet e os periódicos de natureza institucional não eram elegíveis para o apoio. Por outro lado, o apoio só era concedido às revistas que já tivessem um número publicado e era atribuído por um ano de forma a custear as despesas de tipografia e impressão não devendo ser considerado como um encargo permanente a assumir pela FCT (2001, 2009). Apesar de terem sido introduzidas alterações na redação de 2009 o capítulo referente às publicações periódicas não sofreu alterações.

O FACC apoiou a edição de revistas científicas durante 44 anos, de 1967 até 2011 e, embora o programa continue a existir, o apoio às publicações científicas foi excluído do mesmo e já não figura no regulamento de 2013 (FCT, 2013).

Método

Os dados que resultam da atividade do programa estão todos disponíveis no Arquivo de Ciência e Tecnologia (ACT). A consulta da documentação do arquivo incidirá, essencialmente, sobre os dados de 1967 a 2002, pois a informação relativa ao período de 2002 a 2011 já foi recolhida no decurso do programa e é disponibilizada no site da FCT. Assim fez-se a recolha parcial no ACT da informação relativa ao período anterior a 2002 com o intuito de completar os dados e permitir uma análise global do programa.

Os dados recolhidos foram organizados e analisados de acordo com as seguintes variáveis: i) totais de publicações de natureza científica financiadas ii) totais de revistas científicas por áreas de investigação e ano; iii) distribuição por região da instituição proponente; e iv) verbas disponibilizadas no apoio às revistas.

Por outro lado, idealmente esta informação terá de ser complementada com informações atual das revistas subvencionadas atendendo os seguintes dados: i) revistas ativas; ii) revistas inativas; iii) situação desconhecida. A recolha desta informação foi feita nos sites das respetivas revistas partindo da uma listagem de títulos de revistas financiadas que emana do Programa.

Resultados e Discussão

Importa ressaltar que os dados apresentados resultam de um estudo preliminar e carecem, ainda, de aprofundamento e consolidação. Nesse sentido futuramente poderão ser analisadas mais variáveis que no momento da apresentação deste trabalho não puderam ser analisadas.

Dado que a recolha dos dados relativa aos anos de 1967 a 2002 ainda não se encontra concluída devido ao grande volume de documentação a consultar, optámos por apresentar apenas os resultados do período decorrente de 2002 a 2011.

Conforme podemos observar na figura 1 o programa FACC nos anos de 2002 a 2011 apoiou financeiramente 6 tipos de iniciativas distintas, das quais a organização de reuniões científicas tem uma clara preponderância. A edição de publicações periódicas de natureza científica de 2002 a 2004 foi a segunda iniciativa com mais apoios, mas com um nível de investimento muito inferior à rubrica anterior.

Em 2005 assistimos a um ligeiro aumento do investimento nesta rúbrica, mas nos anos seguintes o investimento foi diminuído até à exclusão desta rúbrica do programa em 2011.

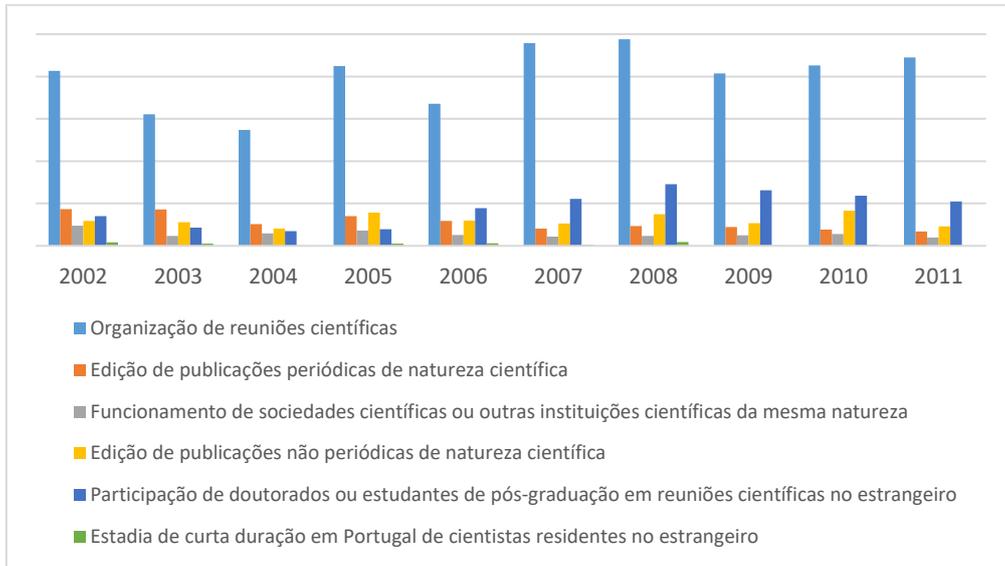


Figura 1: Financiamento por tipo de apoio 2002-2011

Da análise dos dados apresentados na figura 2 constata-se que, no mesmo período, o FACC apoiou um total de 1936 publicações de natureza científica, das quais 825 eram revistas científicas. O ano em que foram apoiadas mais publicações foi 2005, com um total de 244, mas os anos de 2003, 2008, 2009 e 2010 também contaram com mais de 200 publicações financiadas.

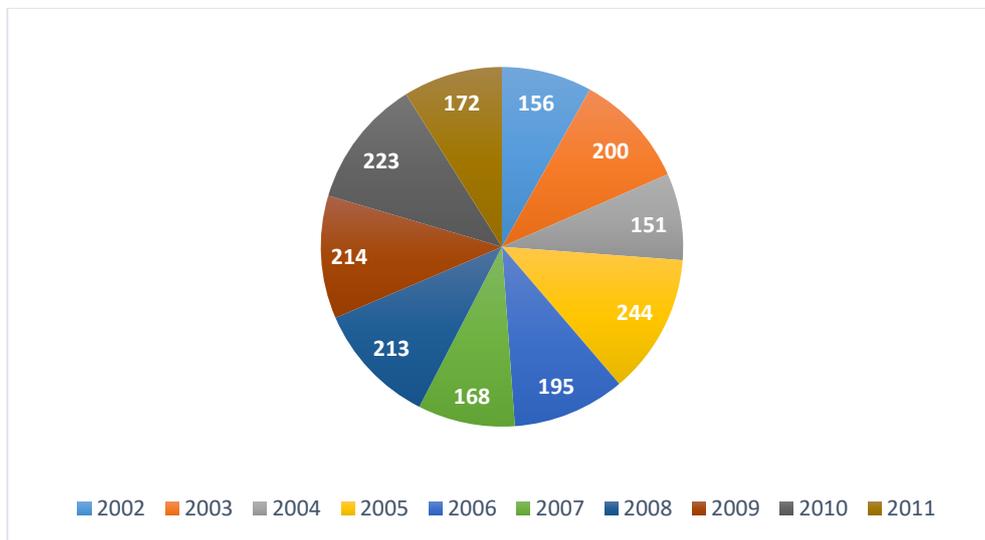


Figura 2: Publicações de natureza científica apoiadas pelo FACC 2002-2011

No que se refere ao número de revistas científicas financiadas, olhando para os dados da figura 3, podemos afirmar que o ano de 2003 foi o mais representativo com um total de 113 publicações.

Observando os valores dos restantes anos podemos aferir que em 2005 foram financiadas 106 revistas e em 2002 e 2006 o programa apoiou 91 publicações. Nos restantes anos do período em análise o número mais elevado de revistas subvencionadas foi 77 nos anos de 2004 e 2009.

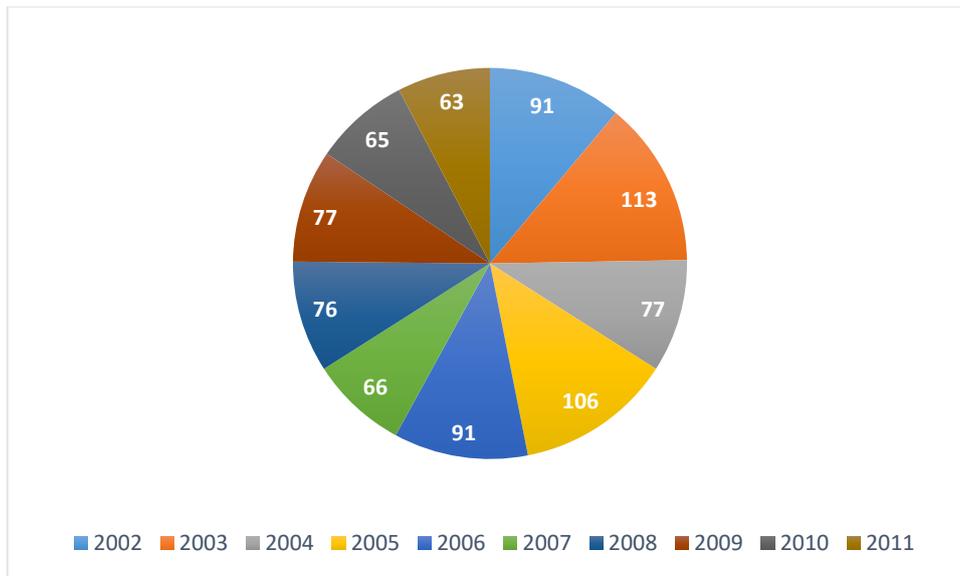


Figura 3: Revistas científicas apoiadas pelo FACC 2002-2011

Analisando a figura 4 referente aos domínios científicos das publicações financiadas, os resultados revelam que há uma preponderância das Humanidades e das Ciências Sociais sobre as outras áreas. De 2002 a 2011 foram financiadas 1936 publicações, das quais 802 pertenciam à área das humanidades e 657 às ciências sociais. Estas duas áreas científicas têm uma preponderância de 41,4% e de 33,8%, respetivamente, sobre o conjunto das publicações deste período. Todas as restantes áreas, combinadas, representam apenas 24,8% da totalidade dos financiamentos.

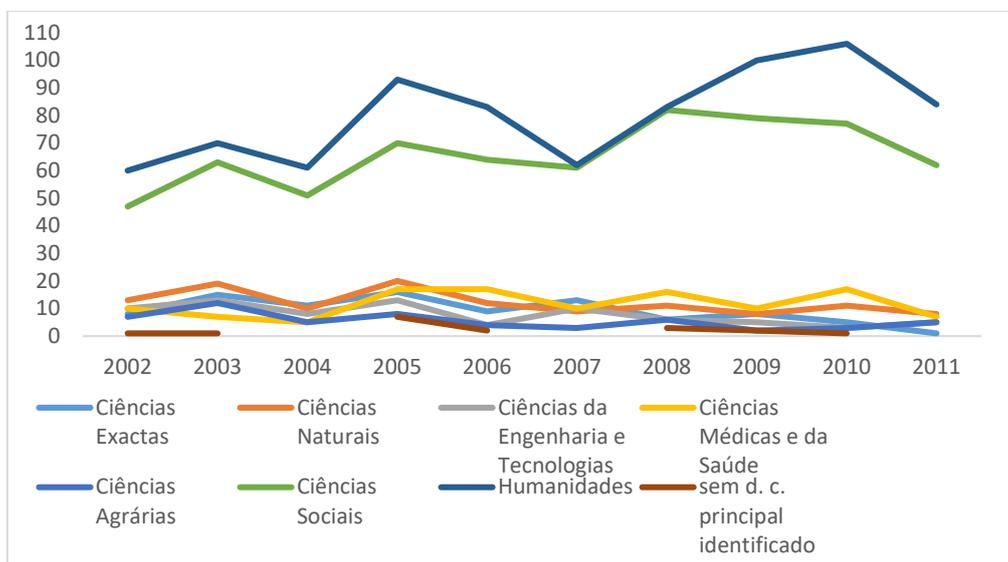


Figura 4: Publicações por domínio científico

Da análise do gráfico da figura acima, a verba atribuída a publicações científicas da área das humanidades representa 39% do total do orçamento disponibilizado seguido dos 30% investidos nas publicações das ciências sociais. Como podemos constatar na figura 5, estes dois domínios científicos absorveram 69% do total do financiamento disponível nesta rubrica. Por sua vez, a área científica das

humanidades registou, em 2010, o valor mais alto de investimento por área científica com um total de 125 150€.

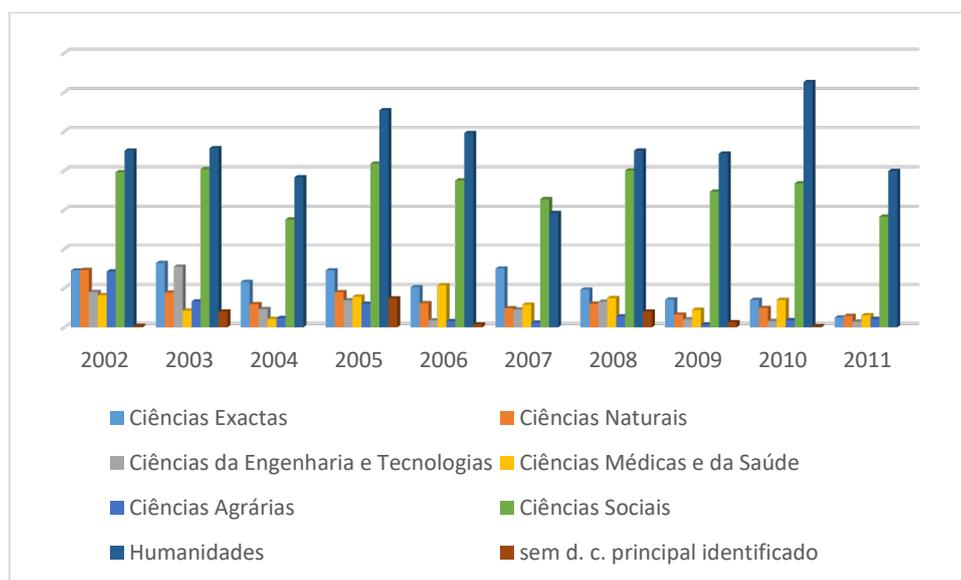


Figura 5: Verbas por domínio científico

Pela observação da tabela 1 podemos afirmar que o ano de 2005 foi o que registou o valor mais alto de investimento em publicações científicas deste período. De 2002 a 2011 foi investido um montante de 2 321 888€ em publicações de natureza científica, sendo este o último ano em que as revistas foram consideradas no programa aquele que registou menor investimento.

Tabela 1: Verbas investidas nas publicações científicas

Ano de financiamento	Financiamento
2002	291 070 €
2003	283 250 €
2004	184 780 €
2005	297 390 €
2006	236 570 €
2007	186 350 €
2008	242 955 €
2009	195 395 €
2010	243 750 €
2011	160 378 €
Total	2 321 888 €

Em termos geográficos, como podemos validar na figura 6, a maioria das revistas subsidiadas pelo programa eram da Região de Lisboa e Vale do Tejo (com valores anuais a rondar os 60% do total do financiamento), seguidas da região Norte e Centro. As restantes zonas do Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, embora estejam presentes, apresentam uma representatividade bastante inferior. De 2002 a 2011 o financiamento para a Região de Lisboa e Vale do Tejo nunca foi inferior a 50%, sendo 2003 o ano de maior expressividade com 64% do financiamento total anual.

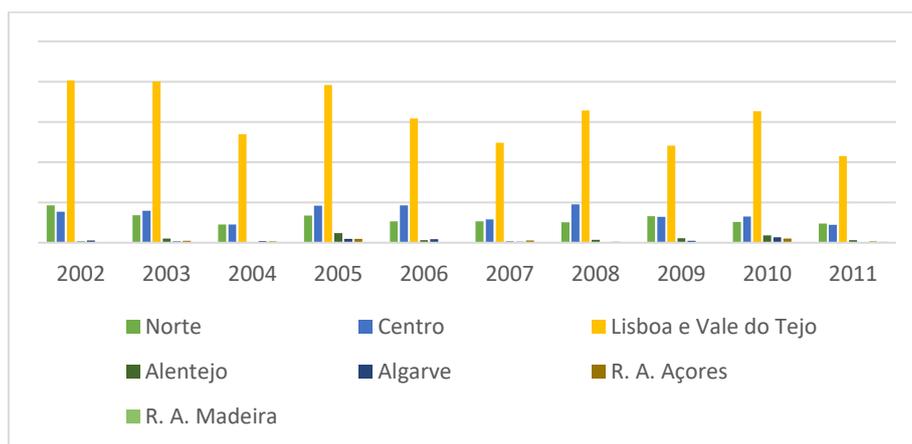


Figura 6: Financiamento por área geográfica

Da observação da figura 7 constatamos que no período compreendido entre 2002 e 2011, ano em que o programa deixou de financiar revistas científicas, foram investidos um total de 1 114.298 €. Em 2002 o investimento alcançou um valor de 172.890€, mas ao longo dos anos o investimento foi diminuindo, sendo que no último ano de financiamento (2011) a verba disponibilizada cifrou-se numa cota 40% inferior à do investimento inicial.

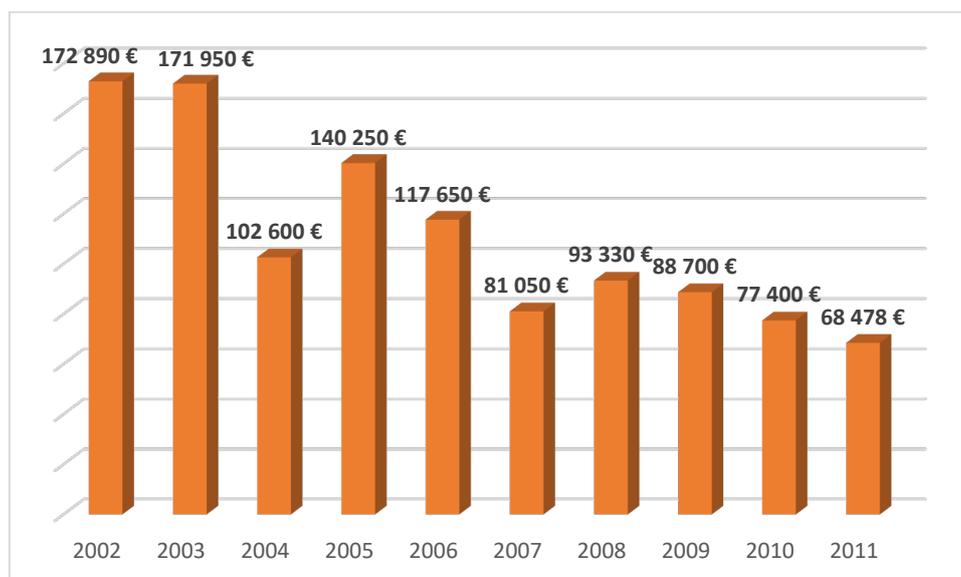


Figura 7: Financiamento nos anos de 2002 a 2011

O presente estudo apresenta algumas limitações no que diz respeito à recolha/utilização dos dados do programa. A informação disponível no ACT é muito extensa, pois o FACC esteve em vigor durante muitos anos e financiou muitas revistas científicas e apenas os dados relativos ao período compreendido entre 2002 e 2013 foram recolhidos de forma sistemática. Entre 1967 e 2002 os dados ainda não estão todos compilados não sendo ainda possível apresentá-los nesta fase do processo. Nesse sentido a análise da tipologia das instituições financiadas por este programa terá de ser feita numa fase mais adiantada do estudo.

Outra limitação prende-se com a recolha de dados recentes sobre as revistas financiadas ao longo dos anos do programa. A opção de fazer a recolha através da informação disponibilizada na Internet é muito morosa e, em muitos casos inexistente.

Apesar de, à data, não ter sido possível constituir a listagem final de todas as revistas financiadas pelo programa podemos afirmar que, com base na informação disponível, cerca de 25% das revistas que foram subvencionadas pelo FACC cessaram a sua publicação. Na maioria dos casos não foi possível identificar a situação atual em que se encontra a revista, visto não se terem encontrado evidências da sua presença na internet, pelo que concluímos que cerca de 50% se encontram em situação desconhecida.

As restantes 25% mantem a sua atividade, muitas delas desde os anos 80, sendo possível identificar neste grupo alguns títulos que encontramos também em bases de dados internacionais, as quais contribuem diariamente para a divulgação da ciência em Portugal; a este respeito podemos dar como exemplo, de entre outras, as Revistas *Análise Social* e *Finisterra*.

Conclusões

Este estudo, sendo preliminar ainda não permite alcançar o objetivo definido inicialmente de traçar, de forma rigorosa, uma imagem gráfica da publicação científica portuguesa no século XX. Contudo, podemos aferir que muitas das revistas científicas financiadas pelo FACC sofreram várias transformações ao longo dos anos e visto que este programa teve início numa fase em que as revistas eram eminentemente impressas, a evolução dos processos editoriais impôs alterações significativas no que à gestão das revistas científicas diz respeito.

Nos anos noventa assistimos a uma das primeiras grandes transformações consubstanciadas pela digitalização dos conteúdos que permitiu a estas revistas difundir os seus artigos em formato digital. Esta transformação trouxe alterações ao sistema de produção bem como ao circuito de distribuição das mesmas. (Abadal, 2020).

A segunda grande transformação chega no ano 2000, com as alterações no modelo de comunicação científica, introduzido pelo acesso aberto o qual se baseava na difusão livre e gratuita dos conteúdos, modificando significativamente o modelo económico subjacente ao mercado das revistas científicas. A consolidação do conceito de ciência aberta, veio permitir um novo modelo de investigação que aplica o conceito de abertura, não apenas à difusão da ciência, mas também à recolha de dados e à revisão de artigos científicos (Abadal, 2020).

O alinhamento com as boas práticas da Ciência Aberta também obrigou as revistas a rever as suas políticas e processos de edição, nomeadamente a adoção da publicação contínua, a revisão aberta por pares, a disponibilização dos dados de investigação ou a adoção de identificadores únicos para autores. Foi verificado que estas alterações implicaram, em muitos casos, um acréscimo de despesa.

Contudo as necessidades de apoio mantêm-se, apenas o foco é diferente. Encontramo-nos numa era em que o reconhecimento da qualidade das revistas científicas é realizado/constatado através da indexação em bases de dados internacionais, condicionadas pela observância de critérios, alguns dos quais representam grandes desafios (Saenen, 2019).

A política para futuras publicações científicas deve manter o foco em fomentar o acesso aberto, garantindo o acesso livre à pesquisa com financiamento público.

Ou seja, a implementação dos fundamentos da ciência aberta e dos seus pressupostos constitui-se como um desafio para os editores. Desta forma, as políticas editoriais devem ser inovadoras e, por oposição, não procurar proteger o modelo de negócios comercial de meados do final do século XX (Fyfe, et al., 2017).

Especialmente nos últimos 10 anos os processos da publicação científica têm vindo a ganhar um enorme grau de profissionalização no que diz respeito aos processos, fluxos e procedimentos com uma grande ênfase na adoção de boas práticas e socorrendo-se das inovações tecnológicas e editoriais (Wegner, et al. 2022).

Uma das preocupações com que se debatem atualmente os editores prende-se com a estabilização das equipas editoriais e a formação de novos membros, pois, cada vez mais é exigido aos editores conhecimentos que vão para além da sua área de atuação académica.

A sustentabilidade económica é uma preocupação básica das revistas de acesso aberto uma vez que já não podem depender das subscrições dos leitores, tendo por essa razão de encontrar novas formas de financiar as tarefas editoriais (Abadal, 2020).

Neste contexto, um FACC renovado e adaptado às necessidades atuais seria um contributo importante para dar a conhecer mais revistas no palco internacional, e por arrastamento alargar a visibilidade/reconhecimento do mesmo.

Referências bibliográficas

Abadal, Ernest (2020). Prefácio: Un libro para explicar los marcos y los retos de las revistas científicas. In L. Silveira & F Silva (coords), *Gestão editorial de periódicos científicos: boas práticas* (pp. 11-16). Edições do bosque. <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0/1>

Decreto-Lei nº 47797/67, de 11 de julho. Diário do Governo, Serie I(160).
<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/47791-1967-314257>

Fyfe, A., Coate, K., Curry, S., Lawson, S., Moxham, N., & Røstvik, C. M. (2017). *Untangling academic publishing: A history of the relationship between commercial interests, academic prestige and the circulation of research*. Zenodo. <http://doi.org/10.5281/ZENODO.546100>

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2001). Fundo de Apoio à Comunidade Científica: regulamento. Consultado em: <https://www.fct.pt/apoios/facc/regfacc2001>

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2009). Fundo de Apoio à Comunidade Científica: regulamento. Consultado em: <https://www.fct.pt/apoios/facc/regfacc2009>

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2013). Fundo de Apoio à Comunidade Científica: regulamento Consultado em:
https://www.fct.pt/apoios/facc/docs/FACC_Regulamento_2013_logofct2017.pdf

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967). *Fundo de apoio à comunidade científica: informações gerais*

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1981). *Fundo de apoio à comunidade científica: informações gerais*

Rodrigues, Eloy (2020). *A pandemia e a emergência da Ciência Aberta*. In Manuela Martins, Eloy Rodrigues (Eds). *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo II: (Re)Ações*, Braga: UMinho Editora. ISBN: 978-989-8974-28-0, 263-294. DOI: 10.21814/uminho.ed.24.12

Saenen, B., Morais, R., Gaillard, V., & Borrell-Damián, L. (2019). *Research assessment in the transition to Open Science*. European University Association. Consultado em: <https://eua.eu/downloads/publications/research%20assessment%20in%20the%20transition%20to%20open%20science.pdf>.